



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

ABORTO E MASCULINIDADES NAS PRÁTICAS DISCURSIVAS DE JOVENS

CRISTÃOS

José Vaz Magalhães Néto

Universidade Federal da Paraíba

vazneto@gmail.com

Nesta comunicação analiso as práticas discursivas sobre o aborto feitas por estudantes masculinos do ensino médio noturno de um município da região metropolitana de Vitória - ES, considerando que as práticas discursivas constituem-se nas e pelas práticas sociais ao mesmo tempo em que produzem essas últimas. Pretende-se com este estudo contribuir modestamente para a compreensão das práticas sociais desse estrato social específico e para os estudos sobre masculinidades em geral.

Estudos apontam que se a mulher vive em um país onde o aborto é descriminalizado ou se pode arcar com os custos médicos, mesmo à revelia da lei, costuma sair do abortamento sem grandes sequelas; ao contrário, se realiza o aborto em condições precárias e sem amparo legal, o fim da história pode se converter numa tragédia (BRUNO, 2006). Apesar desses dados preocupantes, ainda impera a opção pelo silêncio e a negação de que a cada ano cresce o número de mulheres que praticam o aborto no Brasil (CAVASIM & ARRUDA, 1999). Ao investigar esse tema junto a diversos segmentos sociais geralmente esbarra-se em tabus e opiniões conservadoras que pouco diferem da posição de gerações passadas, como também atestam as autoras acima citadas. Ademais, nem mesmo na cristandade, sistema religioso predominante no hemisfério ocidental, encontra-se uma opinião consensual sobre o tema (CANDOTTI, 2006).

Na maioria dos grupos sociais o aborto é definido como um crime, um pecado ou uma alternativa extrema a uma gravidez indesejada, conforme atestam Verardo (1987) e Manriquez e Le-Bert (1994). Essa percepção do aborto como crime e/ou pecado é relatada na literatura especializada sobre sexualidades juvenis (GUZMÁN et al., 2001; CASTRO et al., 2004), apesar da escassez de estudos que incluam dados relativos



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

especificamente à percepção masculina (AQUINO et al., 2006). A responsabilidade do homem na situação de abortamento é reconhecida, entretanto cabe à mulher tomar todas as precauções para evitá-la e arcar praticamente sozinha com as consequências (CARVALHO, PIROTTA & SCHOR, 2001; TRINDADE & MENANDRO, 2002).

Os estudos sobre a categoria **masculinidade** foram ampliados de maneira significativa a partir da década de 90 do século passado. Um dado interessante é que, se antes os estudos acerca das identidades de gênero e sexuais eram feitos sobretudo por mulheres, nos últimos anos pesquisadores do sexo masculino passaram a se debruçar com maior ênfase sobre esse campo de investigação. No Brasil (LINS, 1998; LOPES, 2002; GASTALDO, 2005; VICENTE & SOUZA, 2006) e no exterior (CONNEL, 1995; BOURDIEU, 1999; ALMEIDA, 2000; OLAVARRÍA, 2004), para citar alguns.

Pode-se observar uma tendência nesse movimento inicial dos estudiosos: o de voltarem seu olhar para os homens dos estratos sociais urbanos de classe média. Os estudos sobre a identidade masculina nas camadas populares ainda são pouco significativos nas pesquisas de gênero. Essa tendência pode nos levar a inferir, equivocadamente, que as transformações pelas quais passam os homens de classe média urbana na trilha das mudanças dos papéis sociais de gênero na atualidade possam ser estendidas aos homens de todas as categorias socioeconômicas.

As transformações sociais ocorridas nas últimas décadas teriam feito surgir uma nova identidade masculina (BADINTER, 1993), que abdica dos traços identificatórios hegemônicos (branco, heterossexual, cristão) em favor de uma identificação com atributos historicamente definidos como femininos, como a sensibilidade e a passividade.

Estudos mais recentes, como os de Rodrigues (2003) e Tílio (2003), apontam para outra direção. Para Rodrigues, a existência desse **novo homem** se restringe a certos grupos sociais, e cita as pesquisas de Lopes (2002) e Connel (1995) que confirmam a preponderância da figura masculina patriarcal nas esferas pública e privada. Já em sua própria pesquisa, Tílio (2003) conclui que o surgimento desse novo homem, apontado em estudos como os de Nolasco (1993, 2001) e Badinter (1993), pode ser questionado, posição também compartilhada por Vicente e Souza (2006).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Connell (2003) lembra que a masculinidade hegemônica não corresponde a um caráter fixo situado sempre da mesma forma em um mesmo lugar. Essa posição hegemônica é um constante objeto de disputa em qualquer tempo, na qual se sobressai uma forma de masculinidade em detrimento de outras. De qualquer forma é sempre uma prática discursiva que legitima uma posição dominante dos homens e uma subordinação das mulheres e daqueles a essas identificados.

Para Amâncio (2004), a masculinidade hegemônica caracteriza-se por contradições e está à mercê de frequentes crises. Para ela, uma sociedade onde homens e mulheres possam viver livremente na diversidade requer uma ruptura com esse modelo de masculinidade prevalecente. Já Alsina e Castanyer (2000) conjecturam sobre a ampla perspectiva que se abre a partir da compreensão de que, se a masculinidade se constrói, também pode transformar-se.

Em seu artigo sobre a construção do masculino, Welzer-Lang (2001) alude às novas possibilidades identitárias da masculinidade propostas com base em modelos de homem não afinados com a hegemonia heterossexual, a exemplo do que sugere o movimento defendido pela teoria *queer*. Os ativistas desse movimento (gays, lésbicas, transgêneros, bissexuais, simpatizantes, etc.) criticam o binarismo masculino/feminino e o predomínio da heterossexualidade como norma, propondo como alternativa a descategorização das identidades de gênero e/ou sexuais. Não se trata de abdicar do conceito de identidade, mas de reformulá-lo, compreendendo que qualquer política de afirmação identitária traz em si uma política de exclusão (GAMSON, 2002). Daí se ter como alternativa a ampliação do construto de identidade para além das lutas emancipatórias isoladas dos vários grupos que formam a sociedade. Reivindica-se aqui uma política pós-identitária contrária a quaisquer binarismos que excluam as diferenças. Identidades sexuais e de gênero não são dadas pela natureza, são construídas, são políticas. Como lembra Levy (2004, p. 203) seguindo o pensamento de Judith Butler (2004): a compreensão do sexo como político é parte necessária dos movimentos sociais “contra binarismos e hierarquizações expressas nos espaços públicos e privados, sedimentadas e legitimadas por um discurso no masculino”.

Atualmente, é mais sensato pensar que há uma gama de possibilidades identificatórias masculinas. Mesmo a masculinidade hegemônica sendo predominante,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

vislumbram-se questionamentos e novos posicionamentos do homem diante das mais diversas situações do cotidiano social. Não há um caráter pétreo na identidade masculina, como de resto em qualquer identidade, social ou psicológica, esta definida como aquela que qualifica o eu individual. Todas as identidades são construídas na interação social, reformulando-se nas transformações da realidade e estabelecendo novas perspectivas de identificação. As diversas masculinidades se confrontam na dinâmica social possibilitando intercâmbios que sempre vão interferir na compreensão e nos relacionamentos dos homens entre si, e destes com as mulheres.

Nesse ponto pretendo clarificar o escopo desta investigação. Demarco como objeto os discursos masculinos sobre o aborto nas camadas populares extraídos das interações discursivas de alunos do ensino médio público de um município da Grande Vitória, ES.

Entre as várias correntes de Análise do Discurso usadas na Psicologia Social (Análise Conversacional, Repertórios Interpretativos, Sociolinguística, entre outras), adoto nesta pesquisa a vertente denominada Análise Crítica do Discurso (ACD). Discurso aqui entendido como uma prática social constituinte e reguladora, de acordo com a definição de Iñiguez e Antaki (1994, p. 63): “um conjunto de práticas linguísticas que mantêm e promovem certas relações sociais” (tradução nossa).

Partindo da compreensão do discurso como agente reproduzidor e transformador da estrutura social, a ACD abandona qualquer postura que se diga neutra, pois reconhece o cunho ideológico existente nas práticas sociais discursivas e o toma como um de seus objetos. Ao sustentar que a análise do discurso tem de combinar-se a uma crítica social, a ACD assume como uma de suas metas a desmistificação dos discursos revelando as ideologias neles embutidas (Van DIJK, 1999).

Como estratégia metodológica aproximei-me do objeto da pesquisa pela análise das verbalizações dos sujeitos, numa tentativa de delinear as construções semânticas sobre a temática do aborto. Para isso adotei como técnica de perscrutação a realização de entrevistas grupais. O método de entrevistas grupais se caracteriza segundo Iñiguez et al. (2002, p. 441) como “uma situação de questionamento desenvolvida em um contexto de dinâmica grupal que pretende assemelhar-se a uma conversação cotidiana” (tradução minha). A partir da dinâmica grupal estabelecida se promove a emergência



dos processos de construção coletiva, usando-se estratégias de confrontação, oposição e divergência (IÑIGUEZ, 2002).

As entrevistas foram feitas com uma amostra de alunos do ensino médio noturno de três escolas que oferecem essa modalidade de ensino, localizadas em três bairros do município pesquisado. Dois desses bairros têm características próprias de arrabaldes dos centros metropolitanos brasileiros: alta densidade demográfica, problemas de infraestrutura (saúde, educação, saneamento básico), índices elevados de criminalidade e grande concentração de igrejas evangélicas (JACOB et al., 2003). O terceiro bairro está situado mais distante do entorno de Vitória e guarda características mais próximas às de cidades interioranas com forte penetração da fé católica. Esse predomínio das igrejas evangélicas¹ missionárias e pentecostais nos anéis que circundam as sedes metropolitanas do Brasil confirma-se na Grande Vitória, onde a maior parte dessas congregações se concentra nos municípios de Vila Velha, Serra, Cariacica e Viana (JACOB et al., 2003). Ainda segundo Jacob et al. (2003, p. 215), esses territórios de predomínio evangélico nas periferias imediatas (ou primeiras coroas) das sedes metropolitanas são “espaços caracterizados pelo número acentuado de jovens, de população de cor não branca e por uma taxa de masculinidade mais elevada do que a média brasileira”.

Os dados da pesquisa reúnem três entrevistas grupais, sendo cada grupo composto por quatro entrevistados do sexo masculino mais o entrevistador e um auxiliar de pesquisa (também do sexo masculino). O critério de inclusão foi que os alunos preenchessem as seguintes características: um homossexual que assumisse publicamente essa identidade, um heterossexual com fama de conquistador, um religioso com posições fundamentalistas e um aluno que se declarasse não religioso.

O guião das entrevistas grupais foi elaborado, a princípio, com treze frases ou temas geradores. Para o alcance proposto nesta comunicação apresentarei os discursos produzidos a partir da asserção geradora “aborto é...”.

Entre os dados obtidos por questionário aplicado a 231 alunos masculinos do ensino médio noturno das três escolas pesquisadas, destaco os expostos a seguir por considerá-los importantes para perfilar o segmento social característico dos doze participantes das entrevistas grupais.

¹ Usamos a classificação das agremiações religiosas proposta por Jacob et al. (2003).



Oitenta por cento dos alunos respondentes estavam na faixa etária entre dezesseis e 25 anos, a maioria cursava a 1ª série do ensino médio; 73% desses estudantes masculinos eram naturais de algum município da Grande Vitória (Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra, Guarapari, Viana e Fundão); 65% exerciam alguma atividade remunerada, embora a renda familiar da maioria não ultrapassasse três salários mínimos; 90% dos alunos homens das três escolas afirmaram ser solteiros e a maioria deles respondeu ter iniciado a vida sexual antes de completar dezoito anos. Com relação à religiosidade é importante observar que a soma dos respondentes que se declararam evangélicos (37,7%) mais os que afirmaram não ter religião (12,1%) ultrapassou à dos estudantes católicos (48,9%).

Qualifiquei os discursos das entrevistas conforme as quatro identidades sociais que tipificam os participantes, a saber: 1) Discurso homossexual (DH); 2) Discurso heterossexual (DHT); 3) Discurso religioso (DR); e 4) Discurso não religioso (DNR).

Discussão

A análise consistiu em verificar como a categoria “discurso sobre o aborto” (extraída do guião) situou-se nos discursos anteriormente classificados. Para este artigo sintetizei os quatro discursos correlacionados com o tema aborto no quadro abaixo, apresentando sua respectiva análise em seguida.

QUADRO 1 – DISCURSOS SOBRE ABORTO

	Discurso homossexual	Discurso heterossexual	Discurso religioso	Discurso não-religioso
Aborto	posição ambígua com tendência a aceitar; crime; a mulher decide se for dentro da lei; errado; punição injusta para o feto; crime quando a mulher engravida por negligência.	aceitável nos termos da lei; pecado; contra a lei mas optaria em salvar a mãe/esposa; crime; uma coisa horrível.	crime; aceitável nos termos da lei; pecado; a lei está errada; irresponsabilidade; assassinato; não tem perdão;	crime; aceitável nos termos da lei; a lei está errada no caso de estupro; depende em caso de risco para a mãe.

Observa-se no quadro acima que a questão do aborto é quase tratada com unanimidade pelos estudantes. Nos quatro discursos o vocábulo **crime** aparece com



poucas variações quanto ao sentido. No discurso homossexual imputa-se negligência à mulher que engravida. Note-se que ser negligente nesses casos é quase sempre um atributo feminino. Mesmo sendo proferido no DH sabe-se que socialmente tal assunção é proferida até mesmo pelas mulheres.

No DHT surgiu um típico reposicionamento discursivo quando um dos sujeitos identificados com esse discurso se viu confrontado com o dilema da gravidez de risco para a mulher. A princípio, posicionou-se contra a lei brasileira que permite o aborto nesse caso², mas, se o fato ocorresse hipoteticamente com uma parenta sua, concordaria com a lei.

Onde se poderia esperar um posicionamento mais flexível em relação ao aborto, dado o suposto julgamento livre das pressões religiosas, como é o caso do DNR, encontrou-se um dos posicionamentos mais fortemente contrários à descriminalização da prática abortiva.

A descriminalização do aborto ainda é tabu na sociedade brasileira, entretanto, nos últimos anos, essa discussão saiu dos meios acadêmicos e atingiu vários setores da sociedade gerando debates marcados por posições apaixonadas, tanto daqueles que defendem o direito de escolha das mulheres quanto daqueles contrários, esses últimos usando argumentos morais e religiosos ou teses legais de salvaguarda da vida fetal.

O que a criminalização do aborto encobre são as milhares de mulheres pobres que perdem a vida ou ficam com graves sequelas decorrentes de abortos feitos em condições impróprias. A força do discurso social conservador estimula até mesmo a recusa dos profissionais da saúde pública a atenderem as mulheres autorizadas a fazer o aborto legal. Não é difícil associar a posição quase unânime dos discursos masculinos contrários à legalização do aborto com o fato de que as leis são, na maioria, elaboradas por homens, que são também quase uníssonos ao imputarem às mulheres a responsabilidade exclusiva pela evitação da gravidez.

Não será possível apresentar nos limites desta comunicação excertos transcritos das conversações nos grupos, apenas a análise das práticas discursivas sobre aborto em um deles será exposta a seguir. Todos os nomes a seguir são fictícios para preservação das identidades dos participantes: Iron, adulto, evangélico (religioso);

² A legislação brasileira também permite o aborto nos casos de gravidez decorrente de estupro e há jurisprudência em alguns casos de má-formação fetal e doenças congênitas diagnosticadas precocemente no feto.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

Rodrigo, adulto, sem religião (não religioso); Roberto, adulto, católico (homossexual); Matrix, adulto, evangélico (heterossexual).

O tema aborto costuma suscitar discussões acaloradas e isso fica claro ao lermos o fragmento acima. Ainda que todos os participantes tenham de início condenado o aborto, quer como crime, quer como pecado, à medida que a discussão no grupo foi avançando vários reposicionamentos foram se configurando.

Para o participante **heterossexual**, a lei de Deus deve sempre prevalecer sobre a dos homens. Ele utiliza adornos retóricos típicos do proselitismo evangélico para reforçar sua estratégia de convencimento. Quando é confrontado com o dilema acerca da decisão sobre uma situação de aborto legal, seu posicionamento primeiro é de se manter contrário ao aborto, mas, logo em seguida, passa a defendê-lo quando há risco de vida para a mãe. Há uma disputa pela apropriação do discurso religioso entre Matrix e Iron quando ambos tentam deixar claras as posições de suas igrejas. Apesar de, em tese, as igrejas evangélicas de missão, como a do Iron, disseminarem um discurso mais conservador, as agremiações pentecostais têm como política treinar seus fiéis como disseminadores de uma semântica doutrinária. Por isso pode-se verificar que, a cada fala, o integrante pentecostal tentou justificar seus argumentos à luz da *Palavra*.

A influência do discurso religioso e sua consequente imposição por Matrix e Iron tiveram o poder de pressionar o participante **não religioso** a ponto de este fazer várias referências a Deus e demonstrar uma das mais radicais posições contrárias ao aborto, mesmo nos casos autorizados por lei. Já o **homossexual** foi flexibilizando sua opinião desfavorável ao aborto à medida que a discussão avançava e foi o único a defender, ao menos no caso de estupro, que a decisão fosse da mulher.

Quando se colocou em discussão o problema das crianças anencéfalas, o participante **homossexual** posicionou-se sem hesitação a favor do aborto e, surpreendentemente, essa também foi a posição do sujeito **religioso** apesar de este, a princípio, condenar todas as formas de aborto. O **heterossexual**, que primeiro manteve-se contra, voltou atrás em sua posição, sobretudo ao sentir-se respaldado pela fala do outro evangélico (Iron).

Acompanhando a evolução da conversa nesse excerto observa-se que primeiro Matrix expôs duas posições identitárias (evangélico e estudante de biologia) para



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

justificar-se contrário ao aborto. Progressivamente, é sua identidade religiosa que prevalece para apoiar seus argumentos, desqualificando inclusive as pessoas **leigas** que não conhecem as leis de Deus e, por isso, seguem normas inferiores (as leis humanas). Quando exposta a questão do aborto legal e lançado o dilema da decisão sobre abortar ou não para uma situação mais pessoal, Matrix oscilou entre concordar e rebater a lei. Mas acabou posicionando-se favorável ao aborto. Ao ouvir a posição do **religioso** (Iron), contrária ao aborto mesmo diante do dilema apresentado, Matrix apressou-se em justificar sua mudança de opinião e uma tensão foi estabelecida entre os dois evangélicos, tensão que só diminuiu quando ambos se reconciliaram concordando com o aborto no caso de anencefalia.

O participante **não religioso** desde o início da entrevista intimidou-se perante a ostensiva pregação religiosa dos dois evangélicos e em vários momentos tentou esquivar-se de emitir opiniões. Quando o tema do aborto foi lançado, ele já estava bastante hesitante em pronunciar-se, parecendo às vezes confuso, de modo a não conseguir expressar com clareza sua opinião. Apesar disso mostrou-se bastante rígido quanto à questão levantada. Mesmo referindo a Deus em suas falas, centrou suas críticas aos médicos que fazem aborto, acusando-os de exploradores dos pobres. Ao posicionar-se em relação à anencefalia, relacionou o aborto nesses casos ao comércio ilegal de órgãos. Entretanto foi o único a mencionar a responsabilidade masculina, ou a falta dela, nas situações que levam as mulheres a abortarem.

Também intimidado pelos discursos religiosos, o participante **homossexual** expôs suas opiniões de maneira concisa parecendo querer evitar a polêmica. Até porque os sorrisos e olhares de desaprovação à sua figura, em particular vindos do participante **heterossexual**, o deixaram visivelmente constrangido. Ao opinar sobre o aborto, primeiro condenou-o, depois flexibilizou sua posição para os casos autorizados pela lei. Já no fim da discussão sobre esse tema, pronunciou-se a favor do aborto nos casos de anencefalia, enfatizando que era favorável apenas nessa situação.

Ressalto nessa análise discursiva a forma explícita com que o participante **religioso** demonstrou a vulnerabilidade à pressão social que os fiéis de sua agremiação religiosa sofreriam, caso se posicionassem favoravelmente em casos de aborto por estupro ou de risco de vida para a mãe. Sua fala revela o quanto a coerência com os discursos religiosos é cobrada dos seus prosélitos para coibirem transgressões



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

a seus dogmas, cobrança também feita pela sociedade em geral quando esta quer conferir a fidelidade dos religiosos aos princípios doutrinários que professam.

Considerações finais

Nesta pesquisa demarquei como objeto as construções discursivas sobre o aborto em um estrato social característico das periferias urbanas brasileiras. Os sujeitos foram estudantes masculinos pobres, residentes em um município do anel metropolitano de Vitória, cujas experiências de subjetivação são desvalorizadas e submetidas à coerção discursiva das elites sociais dominantes.

Práticas discursivas indicando posições de resistência ao discurso masculino hegemônico surgiram de forma incipiente nas conversações dos grupos, apesar de a masculinidade hegemônica predominar na discussão de todos os temas sugeridos. Nestes, os sujeitos demonstraram o quanto são coagidos pelo discurso social dominante, pois na maior parte das conversações se mantiveram alinhados às construções ideológicas que sustentam a primazia do poder masculino na sociedade.

Padrões heteronormativos relacionados a temas, como descriminalização do aborto e normas religiosas (cristãs) de conduta sexual, foram reproduzidos nos grupos. Contudo, observou-se na investigação que a força coercitiva das instituições, particularmente das educacionais e religiosas, encontra oposição nas práticas discursivas dos sujeitos que reverberam em suas demais práticas sociais, abrindo múltiplas possibilidades de empoderamento desse grupo que potencializam mudanças na estrutura social da qual fazem parte. Através das ambiguidades e contradições discursivas dos sujeitos e seus reposicionamentos identitários, no contexto de suas religiosidades e das suas sexualidades evidenciadas nas entrevistas, pode-se entrever sinais de desconstrução da masculinidade hegemônica.

Os jovens masculinos pobres das periferias ou dos bolsões de pobreza dos centros urbanos têm sua identidade forjada no modelo de homem que emerge dos discursos sociais dominantes, veiculados pelos diversos meios de transmissão dos valores e normas de identificação. A mídia, a escola, as igrejas, a música e os espaços de lazer, entre outros, repassam de maneira bastante convincente padrões tradicionais dos papéis de gênero a serem seguidos pelos jovens.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

A masculinidade hegemônica ultrapassa qualquer distinção de classe social, como mostram os estudos de Sarti (1996), Fonseca (2000), Bustamante (2005) e Leal e Knauth (2006), mas, ao mesmo tempo, as masculinidades subalternas ou alternativas também encontram solo fértil em todos os segmentos da sociedade. Isto posto, é necessário que analisemos os jovens masculinos das camadas mais pobres sem preconceitos cristalizados. Um olhar faccioso impede que avistemos espaços de produção de identidades masculinas não hegemônicas, reputando-as exclusivamente aos jovens dos estratos mais favorecidos da sociedade (RIBEIRO E LOURENÇO, 2003).

Propostas de inclusão desses jovens nos benefícios (concretos e simbólicos) produzidos pela sociedade, assim como liberdade de acesso aos espaços de subjetivação que lhe são próprios, devem ser implementadas urgentemente para que, num futuro próximo, novas possibilidades de identificação masculina venham somar na busca de melhor qualidade de vida para a humanidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. V. **Senhores de si**: uma interpretação antropológica da masculinidade. Lisboa: Fim de Século, 2000.

ALSINA, C.; CASTANYER, L. B. Masculinidad y violencia. In: SEGARRA, M.; CARABÍ, A. (eds.). **Nuevas masculinidades**. Barcelona: Icaria, 2000, p. 83-101.

AMÂNCIO, L. A(s) Masculinidade(s) em que-estão. In: AMÂNCIO, L. (org.). **Aprender a ser homem: construindo masculinidades**. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

AQUINO, E. M. L. et al. Gravidez na adolescência: a heterogeneidade revelada. In: HEILBORN, M. L. et al. (orgs.). **O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. p. 309-360.

BADINTER, E. **XY: sobre a identidade masculina**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

BRUNO, Z. V. Abortamento na adolescência. In: CAVALCANTE, A.; XAVIER, D. (orgs.) **Em defesa da vida: aborto e direitos humanos**. São Paulo: CDD, 2006. p. 81-94.

BUSTAMANTE, V. Ser pai no subúrbio ferroviário de Salvador: um estudo de caso com homens de camadas populares. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n.º. 3, 2005, p. 393-402.

BUTLER, J. **Language, poder e identidad**. Madrid: Síntesis, 2004.

CANDOTTI, E. Na Terra como no céu. In: CAVALCANTE, A.; XAVIER, D. (orgs.) **Em defesa da vida: aborto e direitos humanos**. São Paulo: CDD, 2006. p. 57-62.

CARVALHO, M. L. O.; PIROTTA, K. C. M.; SCHOR, N. Participação masculina na contracepção pela ótica feminina. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, 35(1), 23-31, 2001.

CASTRO, M. G. et al. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: UNESCO, 2004.

CAVASIM, S.; ARRUDA, S. Considerações sobre o aborto na adolescência. In: RIBEIRO, M. (org.). **O prazer e o pensar: orientação sexual para educadores e profissionais de saúde**. São Paulo: Gente, 1999. p. 269-277.

CONNEL, R. W. **Masculinities**. Cambridge: Polity Press, 1995.

CONNEL, R. W. La organización social de la masculinidad. In: LOMAS, C. (comp.). **Todos los hombres son iguales? - Identidades masculinas y cambios sociales**. Barcelona: Paidós, 2003, p. 31-53.

FONSECA, C. **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero...** Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GAMSON, J. Deben autodestruirse los movimientos identitarios? Un extraño dilema. In: JIMÉNEZ, R. M. M. (ed.). **Sexualidades transgresoras: una antología de estudios queer**. Barcelona: Icaria, 2002, p. 141-172.

GASTALDO, E. “O complô da torcida”: futebol e performance masculina em bares. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 24, jul./dez. 2005, p. 107-123.

GUZMÁN, J. M. et al. La situación actual del embarazo adolescente y del aborto. In: GUZMÁN, J. M. et al. **Diagnóstico sobre Salud Sexual y Reproductiva de Adolescentes en América Latina y el Caribe**. México D. F.: UNFPA, 2001. p. 19-40.

IÑIGUEZ, L. & ANTAKI, C. El análisis del discurso en psicología social. **Boletín de Psicología**, n.º 44, Septiembre 1994, p. 57-75.

IÑIGUEZ, L. Construcionismo social. In: MARTINS, J. B. (org.). **Temas em análise institucional e em construcionismo social**. São Carlos: RiMa, 2002. p. 97-180.



IÑIGUEZ, L. et al. Evaluación cualitativa del sistema de recogida de sangre en Cataluña. **Rev. Esp. Salud Pública**, 2002, Vol. 76, Nº 5, p. 437-450. Disponible en <http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/170/17076506.pdf>

JACOB, C. R. et al. **Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil**. São Paulo: Loyola, 2003.

LEAL, A. F. & KNAUTH, D. R. A relação sexual como uma técnica corporal: representações masculinas... **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 22 (7), 2006, p. 1375-1384.

LEVY, T. Crueldade e cruzeza do binarismo. In: CASCAIS, A. F. (org). **Indisciplinar a teoria: estudos gays, lésbicos e queer**. Lisboa: Fenda, 2004, p. 183-214.

LINS, D. O sexo do poder. In: LINS, D. (org.). **A dominação masculina revisitada**. São Paulo: Papirus, 1998. p. 97-128.

LOPES, L. P. M. **Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula**. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

MANRIQUEZ, I. P.; LE-BERT, C. Q. Respostas à gravidez entre adolescentes chilenas de estratos populares. In: COSTA, A. O.; AMADO, T. (orgs.). **Alternativas escassas: saúde, sexualidade e reprodução na América Latina**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994. p. 11-45.

NOLASCO, S. **O mito da masculinidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

NOLASCO, S. **De Tarzan a Homer Simpson: banalização e violência masculina...** Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

OLAVARRÍA, J. Modelos de masculinidad y desigualdades de género. In: LOMAS, C. (compil.) **Los chicos también lloran: identidades masculinas, igualdad entre los sexos y coeducación**. Barcelona: Paidós, 2004. p. 45-63.

RIBEIRO, A. C. T.; LOURENÇO, A. Marcas do tempo: violência e objetivação da juventude. In: FRAGA, P. C. P.; IULLIANELLI, J. A. S. (orgs.). **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 38-53.

RODRIGUES, R. L. A. A arte de construir um menino ao contar histórias em família. In: LOPES, L. P. (org.). **Discursos de Identidades: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade...** Campinas: Mercado de Letras, 2003. p. 67-88.

SARTI, C.A. **A Família como Espelho - um estudo sobre a moral dos pobres**. Campinas: Autores Associados, 1996.

TÍLIO, R. O jogo discursivo na vida afetiva: a construção de masculinidades hegemônicas e subalternas. In: LOPES, L. P. (org.). **Discursos de Identidades:**



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade... Campinas: Mercado de Letras, 2003. p. 89-111.

TRINDADE, Z. A.; MENANDRO, M. C. S.; Pais adolescentes: vivência e significação. **Estudos de Psicologia**, Natal, 7(1), p. 15-23, 2002.

VAN DIJK, T. El análisis crítico del discurso. **Anthropos**, Barcelona, 186, septiembre-octubre 1999, p.23-36.

VERARDO, M. T. **Aborto: um direito ou um crime?** São Paulo: Moderna, 1987.

VICENTE, D. D. & SOUZA, L. Razão e sensibilidade: ambigüidades e transformações no modelo hegemônico de masculinidade. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, 58 (1): 24-41, 2006.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, ano 9, n. 2, p. 460-482, 2001.

*Uma versão ampliada desse artigo foi publicada recentemente pela Editora Casa do Psicólogo, São Paulo, 2011, no livro “Psicologia Social – perspectivas atuais e evidências empíricas” organizado por Sheyla C. S. Fernandes, Carlos E. Pimentel, Valdiney V. Gouveia e José L. A. Estramiana.